

Antonio Lampis

Nota biográfica

Antonio Lampis (23 de janeiro de 1964, Cagliari) é formado em direito pela Universidade de Trento. Desde 1982, ele serviu na Presidência do Conselho de Ministros e, posteriormente, nas funções da carreira da prefeitura do Ministério do Interior. Desde 1997 é diretor da Divisão Cultural Italiana da Província Autônoma de Bolzano e ocupou vários cargos no setor cultural, designadamente Vice-Presidente da Fondazione Teatro Cívico e Auditório de Bolzano, membro do Conselho da Bienal Manifesta7, vice-presidente e depois membro do Conselho de Administração da Fondazione MUSEION Museu de Arte Moderna e Contemporânea, Bolzano. Por muitos anos, foi tutor na Universidade Católica de Milão e na Universidade Livre de Bolzano, e tem sido professor visitante em várias outras universidades e cursos de mestrado, ensinando “Marketing e Gestão de Eventos”. Apresentou trabalhos em conferências nacionais e internacionais e é autor de numerosas publicações sobre os temas de autonomia regional, políticas culturais e marketing de arte e cultura. Recentemente selecionado a partir de uma lista de três para o Museo di Capodimonte e o Museo Nazionale Romano, desde 1 de setembro de 2017, está à frente da Direção Geral de Museus.

Título da comunicação

A reforma dos Museus em Itália

Resumo

Em 2004, dois brilhantes economistas italianos da cultura apresentaram um ensaio intitulado “O Museu Invisível”. Hoje a situação na Itália foi completamente revolucionada. Museus não são mais escritórios e são literalmente invadidos por visitantes. A expressão “diretor do museu” tornou-se um meme importante para muitos concidadãos e os museus autônomos alcançaram rendas jamais vistas até poucos anos atrás.

A reforma do MiBACT forneceu 32 museus / sítios arqueológicos, guiados por um novo tipo de diretores, com um estatuto mais importante do que no passado, selecionados através de um concurso internacional, presidido por um júri notável, orçamento autônomo e capacidade de despesa, um conjunto de diretores que apoiam o diretor na gestão corrente e um comité científico que auxilia na programação. Além disso, a reforma estabeleceu 17 redes regionais de museus. O Sistema Nacional de Museus é agora a intuição mais inteligente da reforma, especialmente se comparada com a Decisão da Comissão Europeia 864, de maio de 2017, que estabelece o Ano Europeu do Património Cultural. A fim de ganhar mais atenção para o património cultural, a decisão europeia afirma, exigirá uma governação mais sustentável, um multinível, entre os vários intervenientes e reforçada a cooperação trans-sectorial. Esta é também a definição do sistema de museus nacionais em que estamos trabalhando: um sistema concebido longe das configurações hierárquicas, baseado mais na ideia de conexão do que na ideia de filiação, a fim de trazer o Estado central, Regiões, Municípios, Autoridades Locais, Universidades e todo o sistema educacional para trabalhar em conjunto. Acredito que a criação de quase 8.000 museus italianos é uma forte consolidação do património cultural, também do ponto de vista da melhor posição turística que a Itália pode alcançar à escala internacional.

